

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PIAUÍ
CAMPUS SENADOR HELVIDIO NUNES DE BARROS - CSHNB
LICENCIATURA PLENA EM PEDAGOGIA

LAURIANA DE SOUSA BARROS

**VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES:
O LUGAR DA EDUCAÇÃO**

PICOS - PI

2014

LAURIANA DE SOUSA BARROS

**VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES: O
LUGAR DA EDUCACAO**

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura
Plena em Pedagogia, do campus Senador Helvideo
Nunes de Barros, da Universidade Federal do Piauí
como requisito necessário para obter o grau de
licenciada em pedagogia.

Orientador: Prof. Dr. Gustavo Silvano Batista.

PICOS-PI

2014

Eu, **Lauriana de Sousa Barros**, abaixo identificado(a) como autor(a), autorizo a biblioteca da Universidade Federal do Piauí a divulgar, gratuitamente, sem ressarcimento de direitos autorais, o texto integral da publicação abaixo discriminada, de minha autoria, em seu site, em formato PDF, para fins de leitura e/ou impressão, a partir da data de hoje.

Picos-PI 12 de março de 2014.

Lauriana de Sousa Barros.

Assinatura

FICHA CATALOGRÁFICA
Serviço de Processamento Técnico da Universidade Federal do Piauí
Biblioteca José Albano de Macêdo

B277v Barros, Lauriana de Sousa.
Violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes: o lugar da educação / Lauriana de Sousa Barros. – 2013.

CD-ROM ; 4 ¼ pol. (43 p.)

Monografia(Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Piauí. Picos-PI, 2013.
Orientador(A): Prof.Dr. Gustavo Silvano Batista

1. Violência. 2. Exploração. 3. Educação. I. Título.

CDD 364.153

LAURIANA DE SOUSA BARROS

VIOLÊNCIA E EXPLORAÇÃO SEXUAL CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES:

O LUGAR DA EDUCAÇÃO

Monografia apresentada ao curso de Licenciatura Plena em Pedagogia, da Universidade Federal do Piauí - UFPI, como requisito parcial à obtenção do título de Licenciado Pleno em Pedagogia.

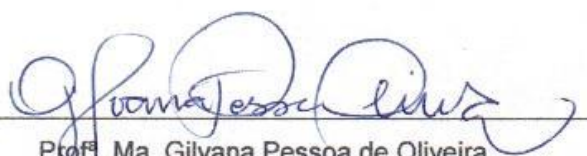
Aprovada em: ____ de _____ de 2013.

COMISSÃO EXAMINADORA



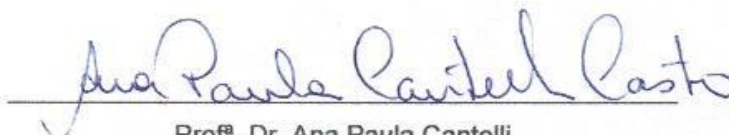
Prof. Dr. Gustavo Silvano Batista (orientador)

UFPI



Prof.ª. Ma. Gilvana Pessoa de Oliveira

UFPI



Prof.ª. Dr. Ana Paula Cantelli

UFPI

AGRADECIMENTOS

Pela paz de espírito que Jesus todos os dias relembra-me que pairá sobre o meu ser, pois busco as coisas do alto. Agradeço ao meu senhor porque é nessa busca transcendental que todas as outras coisas são supridas como: Meus pais; Antônio João de Sousa e Lucimar Barros Bezerra que mesmo passando por crise na saúde oferecem força com revestimento de dignidade, esses e outros sentimentos que aprendi com a minha família e na fé em Deus, colocou em meu caminho amigos leais e companheiros; Débora Almeida, Elzineide Pereira, Francisco José, Silvana Mandú e Vanderlene Aragão. Ao meu irmão Laziano Barros e sua esposa Jessica Alves pela disponibilidade de tempo e amizade nos momentos mais necessários. O meu tio Ademar Barros e família que inspiraram a buscar esse objetivo. (pedagogia). Ao meu orientador Dr. Gustavo Silvano pelo qual esbanjou sua paciência e sabedoria trazendo complementos neste trabalho e crescimento na vida.

[...] Se o teu olho te fizer tropeçar, lança-o fora; melhor é entrares no reino de Deus com um só olho, do que, tendo dois olhos, seres lançado no inferno. O Bom é o sal; mas, se o sal se tornar insípido, com que o haveis de temperar? Tende sal em vós mesmos, e guardai a paz uns com os outros.

MARCOS Vers. 47 e 50.

RESUMO

No presente trabalho discutimos a questão da violência e exploração sexual a partir do modo como o profissional da educação poderia auxiliar crianças e adolescentes marcados por tal vulnerabilidade em seu processo de desenvolvimento. Também é relatado como acontece às identificações das vítimas, entrevista com o conselho tutelar, dados de como agem os conselheiros e como funciona o sistema penitenciário no tratamento dos agressores. Pensando sobre as dificuldades dos jovens em condição de exclusão social, principalmente crianças maltratadas no ambiente doméstico, analisam-se possíveis soluções. Neste sentido, entendemos que é preciso sempre um novo olhar sobre a criança e o adolescente, ainda que estejam a cometer atos que lhe são inconvenientes, com o intuito de corrigir e não discriminar, com atitudes que busquem soluções, ainda que sejam atos individuais poderá sempre distanciar da violência e exploração sexual.

Palavras-chave: Violência. Exploração. Educação.

ABSTRACT

In this paper we discuss the issue of sexual violence and exploitation from the way the professional education could help children and adolescents marked by such vulnerability in its development process. It is also reported as in the identifications of victims, interviews with the child protection agency, data act as counselors and how the prison system works in the treatment of offenders. Thinking about the difficulties of young people in conditions of social exclusion, especially abused children in the household, we analyze possible solutions. In this sense, we understand what it takes always a new look at children and adolescents, although they are committing acts that are inconvenient to him, in order to fix and does not discriminate with attitudes that seek solutions, even if they are individual acts can always away from violence and sexual exploitation.

Keywords: Violence. Exploration. Education.

LISTA DE SIGLAS

ABRAPIA - Associação Brasileira Multiprofissional de proteção a infância e Adolescência

CT- Conselheiro Tutelar

CEDECA - Centros de Defesa da Criança e do Adolescente

CONANDA - Conselho Nacional da criança e do adolescente

DST- Doenças Sexualmente Transmissíveis

ECA - Estatuto da Criança e do Adolescente

IML - Instituto Médico Legal

PAVAS - Programa de Atenção a Vítimas de Abuso Sexual

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	9
Capítulo 1 - A escola como ambiente de proteção da criança e do adolescente	12
1.1 Estudo e atendimento de casos	16
1.2 Sobre a violência sexual no Brasil	19
1.3 Auxílio para o professor que denuncia, reintegração ao criminoso	26
1.4 O poder do professor	27
Capítulo 2-Pesquisa de Campo.....	28
2.1 Caracterização da Pesquisa.....	28
2.2 Instrumentos de coleta de dados e tratamentos de dados	28
2.3 Análise e discussão dos dados	29
3. Conclusão.....	31
4. Referências Bibliográficas	33
5. Filmografia.....	36
6. Apêndice	

I. INTRODUÇÃO

Talvez a escola seja um dos lugares privilegiados no qual podemos identificar casos de abusos sexuais infanto-juvenil, principalmente porque muitas vezes o principal agressor encontra-se no âmbito familiar. Considerando-se que a escola deve ter o objetivo de garantir a qualidade de vida de seus alunos e promover a cidadania, esse espaço fundamental na vida dos estudantes deve também ter uma atitude diferenciada diante de situações como essas, nas quais a criança ou o adolescente encontra-se em uma condição de muita vulnerabilidade.

Diante do desafio de acolher as vítimas de abusos sexuais, é necessário primeiramente conhecer o universo de informações que elas detêm sobre o tema e se aprofundar neste questionamento, ensinando os menores a ter uma atitude de revisão do seu corpo e o do outro de maneira saudável, não apenas como um objeto sexual. É preciso principalmente que o professor tenha algum entendimento sob os direitos da criança e do adolescente, pois é impossível realizar qualquer atividade educativa com crianças famintas, doentes ou vítimas de quaisquer tipos de violência. Por isso, o professor precisa buscar caminhos para solucionar os casos que porventura possam acontecer principalmente no que diz respeito ao processo educacional do próprio aluno.

De modo geral, o abuso sexual pode ser definido, como "qualquer interação, contato ou envolvimento da criança em atividades sexuais que ela não compreende, não consente violando, assim as regras sociais e legais da sociedade" (PIRES, 1999, p.61). A escolha deste tema tão delicado, que chega a ser um tabu na tentativa de lidar com ele, como a principal questão do trabalho, considera o fato de este ser aquele que provoca os piores prejuízos psicológicos para a vítima (CAMINHA, 1999; MONTEIRO, ABREU, PHEBO, 1997; AZEVEDO, GUERRA, 1997).

Tais prejuízos podem caracterizar-se, por exemplo, através de dificuldades de adaptação interpessoal, sexual e afetiva (AZEVEDO, GUERRA, 1997). O abuso sexual é considerado uma "modalidade privilegiada" de violência doméstica contra a criança, na medida em que além das práticas sexuais propriamente ditas pode implicar agressão física e abuso emocional (AZEVEDO, GUERRA, VAICIUNAS, 1997).

Entretanto, os dados epidemiológicos sobre o abuso sexual na literatura

brasileira não são abrangentes, correspondendo a locais isolados e amostras parciais. Além disso, os dados levantados em delegacias, conselhos tutelares e ambulatórios não refletem a realidade das ocorrências. Estudos do instituto médico legal-IML e do programa de atenção a vítimas de abuso sexual- Pavas- em São Paulo avaliam que apenas 10% a 15% dos casos são revelados. A omissão deve-se ao fato de esse tipo de violência ser acompanhados de culpa e vergonha, sendo que na maioria das vezes, como ocorre dentro de casa, tal violência permanece no dizer de (SAFFIOTTI 1996), "silenciosa". A autora estudou vítimas de abuso sexual as quais revelaram que tal abuso é o segredo mais bem guardado. A verdadeira incidência dos crimes sexuais é desconhecida, devendo ser um dos delitos de maior assombro.

Por meio de nossa pesquisa, relatamos as principais causas que contribuem para que as crianças e adolescentes sejam vítimas de violência e exploração sexual em Itainópolis e Picos, no estado do Piauí refletindo assim como acontece e como são estudados e resolvidos estes casos em algumas partes do Brasil e em outros países.

O presente trabalho, portanto, constitui uma averiguação do número de casos de violência e exploração sexual registrado no conselho tutelar e outros órgãos competentes de maneira oficial, através do qual pretendemos: 1) analisar a situação sócia econômica e cultural das famílias de que as vitimas pertencem; 2) Diagnosticar se a escola preocupa-se em dar orientações para que seus filhos/alunos não passem por tal situação; 3) Buscar informações acerca do perfil dos violentados e explorados e saídas para que tal fato seja evitado.

A discussão contribui na tentativa de questionar a formação de educadores que atendam as exigências de educação do ser humano social, cultural tomando como base a consideração de nossa realidade, principalmente em Picos e Itainópolis- PI. Assim, ao analisarmos esses dados, buscamos acrescentar essa discussão em nossa sociedade, buscando a sensibilização dos ambientes escolares com o assunto, e que possa agir em prol da erradicação do mesmo, uma vez que por ser um crime muitas vezes oculto pelo seio familiar, acredita-se que o esclarecimento desses casos, muita vezes obscuros, possa inibir aqueles que os cometem, os quais devem ser julgados por isso.

CAPÍTULO 1– A ESCOLA COMO AMBIENTE DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E ADOLESCENTES

NOVA ESCOLA, (2011. Acesso em: 11 Março. 2014.) Os abusos sexuais são o segundo tipo de violência mais comum contra crianças de zero a nove anos - as denúncias correspondem a 35% do total das notificações de violência contra a criança no país, atrás apenas dos casos de negligência e de abandono. As informações são de um estudo preliminar feito pelo sistema de Vigilância de Violências e Acidentes (VIVA), do Ministério da Saúde. Somente em 2011, foram registrados 14.625 casos de violência doméstica, sexual, física e outras agressões contra crianças menores de dez anos. E as estatísticas são ainda mais alarmantes no que diz respeito ao local da agressão: mais de 60% das agressões ocorreram na própria residência da criança e foram cometidas, em sua maioria, por pais, familiares ou por alguém do convívio muito próximo da vítima, como amigos e vizinhos.

E também poderia ser tratadas como uma tentativa de desvendar as origens dessa "legitimação branca" da violência com cotidiano de nossa sociedade, denunciando, seja o caráter ideológico da representação do brasileiro como um "povo cordial e pacífico". Haveria ainda a necessidade de compreender que a construção de uma teoria crítica requer, pelo menos, três níveis de análise (FREITAG, 1986, p 38, 39 e 40): a) Cotidianidade, ou seja, as atividades de vida diária, costumes relativos, o namoro, etc.; b) padrões de relacionamento emocional - a família é o lugar onde se forma a personalidade, em sua estrutura psíquica, através do processo de socialização; e c) Relação entre sociedade e família para aprofundar a compreensão dos níveis anteriores (por exemplo, o aparecimento da privacidade).

Finalmente haverá que compreender uma teoria crítica na família com esforço para - unindo os três marcos de referência - histórico/social/psicológico - torná-la um objeto de pesquisa inteligível. Ou seja, uma teoria crítica da sexualidade humana deveria ser também contextualizada porque, sem isto, seria impossível compreender o "significado" de violações sexuais, significado esse que, longe de ser fixo e atemporal, é historicamente datado, além imbricado no cotidiano de uma determinada trama relações sociais. No caso brasileiro isso significaria reconhecer que o "caldo de cultura" que estaria sendo nutrindo as relações sexuais, especialmente domésticas, contra crianças e adolescentes- seria ótica essa com que fomos descobertos acerca de 500 anos e da qual, ainda hoje, somos tributários e cúmplices. (GAMBOA, 1989, p. 40 e 41).

Dentro da sala de aula, o professor precisa, ao decorrer do processo educativo, procurar meios para desvendar a realidade da criança e suas particularidades. Para que todos os alunos, inclusive os mais vulneráveis, tenham um bom desempenho escolar. Como o professor é um facilitador educacional, ele precisa muitas vezes atuar em casos que lhe são alheios ou difíceis de ser solucionados pela criança ou somente pela família, como, por

exemplo, nos casos da violência contra meninos e meninas.

Partindo do princípio que a criança não se revela a qualquer pessoa, o professor torna-se, através da convivência diária, alguém de confiança. Assim, fazer com que os menores sintam total apoio na escola é fundamental. Para isso, faz-se necessário existir liberdade no diálogo, entre família e escola, que, ao considerar a questão da educação sexual, deve ficar atento a tais pontos: a) envolver professores e pais no trabalho de orientação sexual dos estudantes; b) desenvolver nos alunos o respeito pelo corpo (o próprio e o do outro); c) Refletir sobre as diferenças de gênero e relacionamento; d) oferecer informações sobre gravidez, métodos anticoncepcionais e doenças sexualmente transmissíveis (DST); e por ultimo, mas não menos importante: e) conscientizar sobre a importância de uma vida sexual responsável.

Só mesmo através desse envolvimento entre escola e família, ambientes comuns para os estudantes, é pelo tratamento responsável da questão sexual que a escola pode contribuir para um ambiente familiar mais sadio. É importante saber o que falar a cada criança, pois os temas precisam ser variados de acordo com o discernimento. Cito abaixo algumas temáticas que aparecem nas mais diversas séries da escola e tento discutir algumas possibilidades pedagógicas que poderiam ser desenvolvidas nestas etapas, entre a pré-escola ao nono ano do ensino fundamental.

Deste modo, em um primeiro momento, podemos considerar a preparação da escola e da comunidade: uma capacitação da equipe de professores e funcionários, que devem estar preparados para lidar com as manifestações da sexualidade de crianças e jovens. Um curso de capacitação sobre os principais temas (como falar e agir com crianças e adolescentes, prazer, limites, etc.) e o envolvimento dos pais – ou seja, é importante uma reunião com a família para apresentar o programa. Assim, pode-se instituir um fórum de formação permanente para estudar temas ligados a sexualidade e discutir a experiências em sala de aula.

Na consideração do período entre a pré-escola e o 5º ano, no qual o trabalho em sala de aula exige atenção do professor para as atitudes e curiosidades das crianças, à medida que são elas que colocam em debate as questões que podem surgir, considerando as atividades proposta a seguir. No livro *Ceci em pipi?* De Heloisa Jahn e Thierry Lenain, no qual são exploradas as diferenças físicas e comportamentais entre crianças meninos e meninas. O corpo e o prazer são questões que aparecem nesse momento, pois é corriqueiro que os pequenos toquem os genitais para ter prazer e conhecer o próprio corpo. O que abre a possibilidade de descobrir outras formas de satisfação na escola, como brincar na areia, na terra ou com água, deixando-os explorar esses elementos.

Especificamente do primeiro ao quinto ano, o vocabulário da sexualidade, como os palavrões, são comuns nas conversas infantis e podem ser usados para fazer graça ou

agredir. Mas eles podem perder rapidamente o impacto quando você os escreve no quadro. Deste modo, o professor pode explicar o significado de cada um, deixando claro que todos são ofensivos e, por isso, não devem ser falados. Nas turmas que compreendem do sexto ao nono ano temas como, por exemplo, a puberdade, maternidade e paternidade, métodos anticoncepcionais, aborto, DST, o que é ser homem e ser mulher, homossexualidade e bissexualidade fazem-se presentes.

Tais temas levam para a sala de aula uma oportunidade da educação dos nossos desejos sexuais, que não são motivo de vergonha e nem precisam ser escondidos. Neste sentido, questões como: “Porque tenho que perder a virgindade cedo?”, “Porque deveria conhecer todos os meus parceiros sexualmente antes de decidir qual deles desejo?” ou ainda “Por que deveria sempre me mostrar sexy para ser aceita nos padrões da sociedade?” surgem com frequência. Conforme um relato da seção *TODATEEN*, do site UOL (2012, Acesso 05 nov. 2013), temos um exemplo de uma serie de questionamentos presentes nos adolescentes e que, caso a escola não tenha atenção a eles, abre-se a possibilidades de violência sexual. Cito:

Amanda tinha 12 anos quando tudo começou. Ela estava em uma sala de bate-papo com amigos, conhecendo e conversando com os outros usuários e recebendo vários elogios dos garotos foi induzida a mostrar partes de seu corpo. Um ano depois, uma pessoa que estava no chat entrou em contato com Amanda no facebook e disse que se ela não “fizesse um show pra ele”, ele iria mostrar o prints (da tela do bate-papo) para amigos e familiares de Amanda. As fotos foram enviadas para todos e, então, Amanda começou a adoecer de: ansiedade, depressão e pânico. E buscou escape nas drogas e no álcool. Um ano se passou e o “bullying de Amanda voltou: ele criou uma página no facebook onde a foto do perfil eram os seios dela. Ela passou a ser julgada pelos amigos e sofria ainda mais por não poder tirar as fotos da internet. A solução foi mudar de escola e com isso conheceu um garoto mais velho que dizia gostar muito dela, mesmo tendo uma namorada. Amanda foi iludida e acabou se envolvendo com o menino. A namorada, junto com outras 15 meninas foram tirar “satisfação” com Amanda e a humilharam em frente a escola. Além disso, ela também sofreu agressões físicas desse grupo de colegas. “Algumas crianças filmaram tudo”. O corpo da menina foi encontrado no quarto, ela havia se enforcado.

Tal situação de vulnerabilidade da adolescente, mesmo amparada por lei (De acordo com o Art. 241, aliciar, assediar, instigar ou constranger, por qualquer meio de comunicação, com o fim de com ela praticar o ato libidinoso: pena-reclusão: de 1 (um) a 3 (três) anos e multa), deve ser considerada pela escola. O papel da escola nesta situação deve ser de apoio e educação da jovem para que, junto da família, ela supere essa situação de violência. (CURY, apud CAMPANA, 2003, p.1092).

Passaremos a considerar alguns exemplos nos quais a violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes. Para adentrarmos nestes casos, existem

exemplos da violência e exploração de crianças e adolescentes relacionados ao satanismo: Na Bahia neste mesmo ano, Eduardo Pereira Silva 13 anos, residente em Itabuna, teve seu coração retirado do corpo, havendo suspeita de ter se utilizado num despacho (Zero hora, 8-9-1990). No ano seguinte, no Rio de Janeiro, Marcelo Andrade, 25 anos, membro da Igreja Universal do Reino de Deus, confessou ter sacrificado catorze crianças entre dez e treze anos, com os quais antes tivera relações sexuais, bebendo-lhes o sangue a seguir. Explicou que seu objetivo era "mandá-los para o céu para salvar-lhes a alma" (Folha de São Paulo, 18-02-1992).

Mais recentemente, o caso que provocou consternação nacional foi o assassinato dos meninos Em 5 de setembro de 2008, os irmãos João Vitor dos Santos Rodrigues, 13 anos, Igor Giovani dos Santos Rodrigues, 12 anos, foram assassinados, esquartejados e jogados no lixo pelo pai, João Alexandre Rodrigues, e pela madrasta, Eliane Aparecida. A história foi reconstituída: na edição da REVISTA BRASILEIROS, (2008, acesso em: 10 dez.13): E diz que para os assassinos as crianças sempre atrapalharam a vida do casal. João (o pai) enlaçou o pescoço de Igor e começou a esganá-lo. A madrasta com a faca, invadiu o quarto e golpeou Vitor no ventre. Quando os assassinos perceberam que as chamas não completaram o serviço. Cobriram os rostos queimados com sacos de plásticos, esquartejaram os cadáveres estendidos no chão de cimento e enfiaram os despojos em sacos de lixo. Ela jogou na privada as vísceras que seriam encontradas, sete dias depois, na fossa do quintal, o casal foi preso. Os meninos relataram a tia, ao delegado, conselheira tutelar sobre os maus tratos em casa. Todos os responsáveis pelo caso tiveram a mesma chance de dar um novo desfecho na vida dessas crianças, porém erros fatais foram cometidos e os meninos não tiveram direito de defesa sendo desacreditados dos relatos que frisavam e devolvidos ao seio familiar onde foram mortos.

Diante de casos de violência extrema contra crianças e jovens, torna-se indispensável que educadores estejam preparados para enfrentar tais questões, discutido com os jovens sobre sua responsabilidade e orientando-os sobre como se proteger dessas ações criminosas. A escola, ao educar, deve cuidar e se responsabilizar pelos jovens, enfrentando a violência e a exploração sexual contra os menores. Neste sentido, a educação escolar deve ser repassada de tal maneira que se enraíze nas pessoas, pra que as gerações seguintes possam contemplar o que a de melhor em si e no outro.

1.1– Estudo e atendimento de casos.

De acordo com o Estatuto da Criança e do Adolescente, “Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra criança ou adolescente serão obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo de outras providências legais” (Artigo13). O conselho tutelar, no cumprimento de suas atribuições legais, trabalha diretamente com pessoas que, na maioria das vezes, ao CT (Conselheiro Tutelar) ou recebem sua visita em situações de crise e dificuldades-históricas de vida complexas, confusas e diversificadas.

Saber ouvir, compreender e discernir são habilidades imprescindíveis para o trabalho de receber, estudar, encaminhar e acompanhar os casos. É vital para a realização de um trabalho social eficaz e efetivo que se promova mudanças concretas e garanta a consolidação dos resultados positivos -, que o conselheiro tutelar saiba identificar as especificidades dos casos (situações individuais específicas) que chegam ao CT. Cada caso tem direito a um atendimento personalizado, que leve em conta sua particularidades e procure encaminhar soluções adequadas às suas reais necessidades, não se esquecendo de aspectos como questões de gênero, raça/etnia e orientação sexual. Para dar conta desse trabalho, que é a rotina diária do CT, precisa-se conhecer e saber explicar uma metodologia de atendimento social de casos.

Para melhor compreensão da forma como o atendimento deve ser realizado, suas principais etapas serão detalhadas a seguir, com ênfase na postura que o conselheiro tutelar deve assumir no processo de atendimento: A denúncia: o CT começa a agir sempre que os direitos de crianças e adolescente forem ameaçados ou violados pela própria sociedade, pelo Estado, pelos pais, responsáveis ou em razão de sua própria conduta.

Na maioria dos casos, o CT vai ser provocado, chamado a agir por meio de uma denúncia. Outras vezes, o conselho, sintonizado com os problemas da comunidade em que atua, vai antecipar-se à denúncia- o que faz uma diferença decisiva para as crianças e adolescentes em estado de vulnerabilidade.

Assim, o CT deve também ter uma preocupação preventiva para que consiga garantir a proteção integral da criança e do adolescente (ECA: artigos 70 e 98) e deve agir de forma itinerante, com a preocupação de solucionar os problemas

também no plano coletivo.

É imprescindível a busca pela adequação do atendimento prestado a implementação de políticas e programas específicos de atendimento (ECA: artigo 95 e art. 136, inciso IX). Vale ressaltar que, nas duas situações, o CT deverá agir com presteza: de forma preventiva, quando há ameaça de violação de direitos e de forma corretiva, quando a ameaça já se concretizou em efetiva violação.

As universidades e centros de pesquisa também têm um papel importante: as faculdades de medicina, odontologia, educação, serviço social, etc., são um importante apoio técnico no atendimento especializado e na integração porque podem fazer um serviço esclarecedor à sociedade, fazer estudo de casos, enfim a colaboração com a criança e adolescente é um dever de todos. E papel não menos importante também dos meios de comunicação: os jornais, rádios, revistas, emissoras de televisão, internet, etc. Podem garantir um bom nível de informação, articulação e diálogo com os diversos meios e profissionais de comunicação dos municípios, dos estados e até mesmo em âmbito nacional. O envolvimento da imprensa também irá contribuir para qualificar as informações que são veiculadas sobre a realidade dos menores.

A Constituição Federal de 1988 tem acompanhado a evolução social da questão, seguindo as tendências mundiais de proteção das crianças e dos adolescentes, destinando um capítulo específico voltado à promoção e preservação dos direitos dos mesmos. Assim, nossa lei maior convoca as famílias, o Estado e a sociedade civil a olhar para as crianças e adolescentes de uma maneira especial, buscando assim resguardar a dignidade humana e protegê-los de qualquer espécie de violência que venha a afetar o seu desenvolvimento físico, psíquico ou moral.

Entretanto, apesar das diretrizes constitucionais e dos direitos assegurados no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei nº 8.069 de 13 julho de 1990, o que se noticiam diariamente nos meios de comunicação são as inúmeras violações a tais direitos, principalmente violações de cunho criminoso.

1.2 – Sobre a violência sexual no Brasil.

Como pesquisou a PRADO, Anna. do site jus (Acesso em: 05 nov. 2013) A violência sexual praticada contra crianças e adolescentes fazem-se presente em todas as regiões do nosso país, multiplicando-se em situações nas quais muitas vezes os seus agressores estão dentro das suas próprias casas. Como se trata de pessoas de confiança das crianças e

dos adolescentes torna-se muito difícil tanto o trabalho de descoberta do crime, quanto à avaliação dos traumas adquiridos pela prática da violência. Neste sentido, vale destacar uma passagem do livro sobre direitos sexuais da criança e do adolescente: geralmente há uma proximidade afetiva e de confiança entre a vítima e o agressor, mesmo se este não faz parte da família. O vizinho (a), professor (a) ou (ex) namorado (a) são pessoas que configuram no topo da lista dos agressores sexuais. A dominação pela sexualidade implica na quebra do pacto de confiança e proximidade a favor de um pacto de silêncio e medo que possibilita o abuso sexual.

Quando as crianças e os adolescentes não são vítimas diretos dentro da sua própria casa, ou seja, quando não sofrem a violência sexual dentro do seu seio familiar, muitas vezes meninas e meninos são negociados como objetos no mercado negro do tráfico sexual, onde há frequentemente participação dos pais na venda dessas crianças. Especificamente, no sertão nordestino, a população que sofre com a seca, muitas vezes torna-se refém dos atravessadores do tráfico sexual que aliciam meninos ou meninas sadias, sob a alegação de proporcionar aos mesmos uma melhor qualidade de vida.

O que muitas vezes as famílias não sabem é que essas meninas ou meninos serão negociados com estabelecimentos clandestinos de prostituição infantil, expondo esses seres humanos a todo tipo de violação possível, seja ela de cunho físico, moral ou psíquico, levando-os a completa perda da dignidade da pessoa humana. A violência sexual que sofrem crianças e adolescentes em todo o país é um gênero do qual fazem parte a prostituição infantil e a exploração sexual, condutas tipificadas como crime no Art. 244-A do estatuto da criança e do adolescente. Ao retirar da criança a sua dignidade, violam a sua liberdade e ainda os privam da capacidade de sonhar numa fase da vida onde os sonhos são essenciais para o desenvolvimento de um ser humano consciente e preocupado com os seus semelhantes.

As crianças e as adolescentes vítimas de violência sexual carregam traumas, que segundo especialistas são irreparáveis, sendo muito importante durante o tratamento desses menores o apoio da família, já que a violência sofrida por essas pessoas quebra o pacto social do qual depende a estruturação de todo indivíduo, ou seja, essas crianças e adolescentes perdem a sua identidade e passam a assumir uma identidade que não as pertence, justamente durante esse processo o apoio familiar é imprescindível para que a identidade perdida seja resgatada e assim seja

garantida uma condição de vida digna.

Quem são responsáveis por meninos e meninas vitimizados? Todos têm por direito de não praticar violência e abuso sexual ou vendo os menores em situações de risco protegê-los, denunciar o agressor, afim de não participar ativa ou mesmo passivamente, (ver o caso e não denunciar), dos números que elevam as estatísticas da criminalidade. (Art. 17 do ECA) isto é retirando, a integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, violando-se seus valores idéias e crenças.

(TCHORBADJIAN, apud CURY, 2002 p. 1) O estatuto da criança e do adolescente elenca no art. 244-A o crime de violência sexual ao dispor que, segundo o Art. 224-A, “submeter criança ou adolescente, como tais definidos no caput do art. 2º desta lei, á prostituição ou á exploração sexual: pena-reclusão de 4 a 10 anos e multa”. [...]. O artigo acima citado foi introduzido no estatuto da criança e do adolescente em 2000. Com o advento da lei nº 9.975 até então esse tipo de violência sexual era tratado de acordo com as diretrizes gerais de direito penal, mas foi um grande avanço para o ECA a inserção no seu texto dessa prática lesiva contra os direitos dos menores, onde, com tal inserção, percebeu-se a violência sexual como um gênero da qual faz parte uma serie de condutas de exploração sexual e prostituição infantil.

É necessário políticas públicas que vão além: não é só punir o agressor(a) com o isolamento; (quando o trabalho dentro da penitenciária, tratamentos com psicólogos, psiquiatras podem estar reintegrando o individuo na sociedade), retirar a criança da sua família poderá destruir seus laços sanguíneos é preciso sempre pensar em uma reestruturação familiar, salvo os casos em que os agressores mesmo passando por tratamento não estão aptos ao meio social. No resgate á dignidade dessas famílias marginalizadas, podemos perceber que a violência sexual poderá ser um empecilho pra vida de quem praticou o crime, mas nunca deverá ser vista como punição pra uma família inteira, ou seja, isolar os menores de mães, avós, tios etc.

A violência acontece em todas as classes, as pessoas mais atingidas são justamente as igualmente expostas a mazelas sociais, já que muitas daqueles que detêm melhor poder econômico fazem a opção pelo silêncio para evitar escândalos, enquanto aqueles menos abastados sofrem a violência e ficam em silêncio não por opção, mas por medo de represália do próprio agressor.

A história social da infância mostra-nos como crianças e adolescentes, sempre foram vitimizadas por diversas formas de violência, sejam devido às concepções autoritárias e repressoras de uma sociedade paternalista, que pautaram em castigos corporais, pela ausência de políticas públicas de proteção e atendimento as crianças e os adolescentes ou até mesmo com relação à “religiosidade” percebemos que menores já foram alvos em diversos em rituais satânicos.

As crianças vítimas de abuso apresentam características e há como conhecer os sintomas. E como já dissemos, o professor tem um papel importante no enfrentamento desse problema. Sabendo que a maioria dos casos de violência contra o menor acontece dentro de casa, à escola como o segundo lar, em grande parte dos casos, é quem poderia auxiliar a romper o círculo do silêncio que ronda a situação de abuso sexual.

Alguns autores, como Guerra (1998), Faleiros (2000) e Libório (2003) explicam a história social da infância em várias épocas e países nos mostrando como as crianças sempre foram vitimizadas por diversas formas de violência. Devido a concepções educacionais autoritárias e repressoras de uma sociedade fundamentalmente paternalista, as posturas educativas eram baseadas em castigos corporais. Também a ausência de políticas públicas de proteção e atendimento de qualidade das crianças e adolescentes em situação de exclusão social também era comum na realidade brasileira.

(GUERRA, 1998, apud LIBORIO E CAMARGO, 2003, p.2) nos fala que a percepção crescente da natureza especial dos menores, com a consideração da infância como uma construção social, não levou um mundo melhor para as crianças, mas aconteceu o contrário: “o desenvolvimento de conceito de infância se apresentou acompanhado dos mais severos métodos de educação e no transcurso do século XVII, os castigos contra as crianças se tornaram mais bárbaros”. Ainda de acordo com Guerra (1998), segundo o psico-historiador Lloyd De Mause, que também estudou sobre a história da infância, tal historia é um pesadelo do qual recentemente começamos a despertar. O autor aponta que quanto mais regressamos na história, mais reduzido é o nível de cuidado com as crianças, maior a probabilidade de que houvessem sido assassinadas, abandonadas, espancadas, aterrorizadas e abusadas sexualmente.

(GUIA ESCOLAR, 2004, apud LIBORIO E CAMARGO, 2003, p. 11.) O

paradigma de uma sociedade de direitos civis rompe com padrões antigos, e exige a construção de uma nova cultura de proteção e respeito aos direitos humanos da criança e do adolescente. Isto “implica em tecer relações de trocas afetivas e de aprendizagem, coibir abusos, enfrentar ameaças, proteger os vulneráveis e as testemunhas e responsabilizar os agressores”. De acordo ainda com o (GUIA ESCOLAR 2004, p. 11) a violência sexual contra crianças e adolescentes começou a ser enfrentada como problema de cunho social na última década do século XX. Assumindo a relevância política e visibilidade social nos anos de 1990 e apresentando em sua análise características complexas a partir do momento em que o assunto vem sendo focalizado como questão pública e problema social, a violência sexual perde características de segredo familiar.

Na década de 1990, segundo (Líbório 2003 e o Guia Escolar 2004,) a violência sexual contra crianças e adolescentes foi incluída na agenda pública da sociedade civil como uma questão relacionada com a luta nacional e internacional pelos direitos humanos. No ambiente de debate sobre o fenômeno, criam-se os Centros de Defesa da Criança e do Adolescente (CEDECA), nas capitais do país. Surgiram instituições com o objeto de oferecer atendimento especializado a vítima de violência doméstica.

De acordo com (LIBÓRIO, 2003) vários eventos contribuíram para destacar a questão da violência sexual contra crianças e adolescentes na mídia e pressionaram o país a se posicionar frente à exploração sexual de crianças e adolescentes. Aconteceu a partir daí, uma ampla mobilização de vários segmentos da sociedade em relação ao enfrentamento da violência sexual de criança e adolescentes de forma que, em junho de 2000, aconteceu o encontro para a elaboração do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual Infanto-Juvenil em Natal - RN.

O encontro constituiu-se como um amplo debate que marcou um momento importante na história da mobilização nacional na área da violência sexual contra crianças e adolescentes. O Plano Nacional foi aprovado na Assembléia Ordinária do Conselho Nacional da criança e do adolescente –(CONANDA) em 12 de julho de 2000. Segundo a Abrapia (Associação Brasileira Multiprofissional de proteção a infância e Adolescência), de 1997. são muitas causas da violência doméstica contra crianças e adolescentes, dentre as quais se insere a violência sexual, como: questões sociais, culturais, econômicas, religiosas, psicológicas e psiquiátricas.

. Para notificar os casos de abuso e violência é preciso identificá-los sabendo o que é mito ou realidade o Guia Escolar, 2004, p.55 aponta: algumas perguntas que muitas vezes distorcem a realidade da violência e dados verídicos que esclarecem a problemática: O estranho representa perigo maior para crianças e adolescentes? Estranhos são responsáveis por pequeno percentual dos casos registrados. Na maioria das vezes, entre 85% a 90% dos casos, crianças e adolescentes são sexualmente abusados por pessoas que já conhecem como pai ou mãe, parentes, vizinhos, amigos da família, colegas de escola, babá, professor ou médico (a); O autor do abuso sexual é psicopata, tarado que todos reconhecem na rua, depravado sexual, homem mais velho, alcoólatra, homossexual, ou retardado mental? Os crimes sexuais são praticados em todos os níveis socioeconômicos, religiosos e étnicos. Na maioria das vezes, são pessoas aparentemente normais e queridas pelas crianças e pelos adolescentes. A maioria dos agressores é heterossexual e mantém relações sexuais com adultos; A criança mente e inventa que é abusada sexualmente? Raramente a criança mente. Apenas 6% dos casos são fictícios e, nessas situações, trata-se, em geral, de crianças maiores que objetivam alguma vantagem; Se uma criança ou adolescente “consente” é porque deve ter gostado. Só quando ela disser “não” é que fica caracterizado o abuso? O autor da agressão sexual tem inteira responsabilidade pela violência sexual, qualquer que seja a forma por ele assumida; O abuso sexual, na maioria dos casos, ocorre longe da casa da criança ou do adolescente? O abusador, normalmente, procura locais em que a criança/adolescente estará completamente vulnerável? O maior índice de ocorrência tem sido no período diurno.

Quanto aos indicadores de violência sexual, embora não sejam fácil constatação, existem alguns comportamentos que podem ser observados em crianças e/ou adolescentes que estão sendo vitimizados (as) pela violência sexual como:

Altos níveis de ansiedade; baixa auto-estima; distúrbios do sono e da alimentação; problemas no aprendizado e dificuldades de concentração; mudanças extremas, súbitas e inexplicáveis alterações no comportamento da presença de conhecimentos inapropriados para a idade; masturbação visível e continua; brincadeiras sexuais agressivas; relutância em voltar pra casa; faltar freqüentemente á escola e ter poucos amigos... (ABRAPIA, 1997, p.28).

(MARTINEZ, 2000, apud LIBORIO e CAMARGO, 2003, p. 6) aponta que, de acordo com os estudos realizados em vários países, 7 a 36% das mulheres e 3 a 29% dos homens já sofreram de abuso sexual na infância. Segundo autora, em 1998 no Chile o Ministério da Saúde constatou que as vítimas de abuso eram, em sua maioria, do sexo feminino, em uma faixa etária de 5 a 9 anos e em segundo lugar entre os 10 e 14 anos. Em pesquisa realizada por Braun (2002) p.6, ficou evidenciado que crianças e adolescentes, desde a idade de 02 a 17 anos podem ser vitimizadas (os) pela violência sexual. De acordo com os dados obtidos pela autora, uma quantidade significativa de crianças vitimizadas pela violência sexual encontra-se na faixa etária de 5 á 9 anos (14%) e entre 24 anos. Algumas vezes o abuso sexual começa desde muito cedo, se estendendo até a adolescência, podendo ter ainda a continuidade. Para os meninos, existem barreiras claras que os impedem de relatarem o abuso sexual praticados por homens mais velhos.

De acordo com (ABRAPIA, 1997, apud LIBORIO e CAMARGO, 2003, p.6): há dificuldades dos indivíduos do sexo masculino aceitar que não são capazes de se protegerem; e em terceiro lugar, espera-se que os homens sejam autoconfiantes e que não falem seus sentimentos para os outros.

Além disto, ressaltamos ainda, a carência de visibilidade em relação a meninos e adolescentes masculinos vitimizados, o que leva a sociedade a pensar que somente as meninas são vitimizadas sexualmente. A divulgação de casos de abuso e exploração sexual de meninas faz parte da estrutura de uma sociedade machista e desigual.

Com relação ao papel da escola e do professor na prevenção e enfrentamento da violência sexual contra crianças e adolescentes, Brino Willians (2003) enfatizavam que a escola é o lugar ideal para a prevenção, intervenção e enfrentamento deste fenômeno, pois deve ter como objetivos a garantia da qualidade de vida de seus alunos e a promoção da cidadania.

Esta idéia está bastante clara no Plano Nacional de Enfrentamento da Violência sexual Infanto-Juvenil (2001) e no Estatuto da criança e do adolescente (Eca, lei 8069/90) cujo objetivo foi estabelecer um conjunto de ações articuladas que permitam intervenção técnica, política e financeira para o enfrentamento da violência sexual cometida contra crianças e adolescentes. Este plano estrutura-se em torno dos seguintes eixos estratégicos: análise da situação, mobilização e articulação,

defesa e responsabilização, atendimento, prevenção protagonizo juvenil, monitoramento e avaliação.

No eixo da prevenção fica bem clara a importância da participação da escola no enfrentamento desta problemática, pois nele é apontado o papel da instituição escolar no trabalho de educar crianças e adolescentes sobre os seus direitos e assegurar, assim, ações preventivas contra violência sexual no sentido de possibilitar que as crianças e adolescentes tenham apoio e sejam protegidos com ações educativas com vista à autodefesa, a conscientização e a valorização de suas etapas de crescimento. Sugere também o trabalho com o PCN de educação sexual, tomando a questão como tema transversal.

A Abrapia (1997) também aborda a importância do papel da escola, quando aponta que uma criança violentada que chega a um hospital com graves lesões, possivelmente já tenha sofrido maus tratos menos severos sem que a comunidade denunciasse. Ela passou pela escola com sintomas sem que nada fosse feito ou percebido; foi atendida por serviços médicos sem que as providências necessárias fossem tomadas. Muitas vezes, estas omissões levam a criança a uma internação hospitalar, levando inclusive à morte.

1.3 Auxílio para o professor que denúncia, reintegração ao criminoso.

É válido que só a denúncia não surte efeito se as causas não forem apuradas pela justiça, portanto: um dos fatores que pode contribuir para que a violência e a exploração sexual não se tornem um ciclo vicioso são os cuidados com a impunidade:

De acordo com a vivência prisional, o convívio com outros detentos e com o pessoal do estabelecimento. É muito provável que a vida no cárcere venha a ser cada vez mais criminógena, diante do ritmo acelerado que é desenvolvido na vida moderna. É evidente, entretanto, que a incomunicabilidade completa e irrestrita com o meio social não vai fazer com que o detento ressocialize-se e retorne ao convívio em sociedade. Assim declara (BITTENCOURT, apud CURY 2001, p. 160): “o isolamento da pessoa, excluindo-a da vida social normal, mesmo que seja internado em uma ‘jaula de ouro’ é um dos mais graves da pena privativa de liberdade, sendo em muitos casos irreversível”. Finalizando, a incomunicabilidade com o meio social comprova a tese de que a prisão é um meio criminógeno. Ademais, há outros fatores que imprimem um caráter criminógeno ao cárcere, dentre esses, estão: a superlotação, a ociosidade. A força da rotina prisional O principal efeito que a prisão causa no detento é a de padronizá-lo, como forma de controlar seu comportamento; um exemplo é a rotina comum dos presídios, que acaba por criar um padrão de comportamento que deve ser rigorosamente seguido. Quando o sentenciado ingressa no meio carcerário, ele se adapta paulatinamente aos padrões da prisão. Nesse novo e peculiar mundo, o aprendizado do detento é estimulado pela necessidade de se manter vivo e, conseqüentemente, ser

aceito no grupo, como ensina Pimentel. (PIMENTEL, apud CURY, 1983, p. 158)

O sistema penitenciário crimínogeno passa atuar muitas vezes nas ruas, entre vários fatores a criminalidade pode está relacionado à falta de emprego: Na obra Estação Carandiru, do médico Dráuzio Varella (1999, p. 141), ele cita que:

Os próprios detentos reconhecem que “mente ociosa é moradia do demônio”. Contudo, ao contrário do que se imagina, a maioria dos internos prefere cumprir sua pena exercendo algum tipo de trabalho ou aprendendo um ofício para que, quando retornarem para casa possuam alguma perspectiva de vida e de ganho, pois os reclusos são conscientes de que, se forem soltos mais pobres e ignorantes do que quando ingressaram no sistema, dificilmente irão obter a ressocialização ou a recolocação no mercado de trabalho. O médico cita o que disse um interno na Casa de Detenção de São Paulo: “A cadeia seria menos perigosa, com essas mentes malignas ocupadas”.

Atuar no tema violência e exploração sexual implica em fechar todas as portas que dão acesso à criminalidade é preciso que as leis sejam cumpridas e a impunidade seja desfeita para que os alunos possam chegar todos os dias a escola.

1.4 O poder do professor:

“Identificar os casos de violência contra criança e o adolescente são obrigações dos profissionais que trabalham com crianças e adolescentes e, em especial do professor” (ABRÁPIA, P. 6, 1997), pois, conforme explicita o estatuto da criança e do adolescente, Os casos de suspeita ou confirmação de maus-tratos contra crianças e adolescentes serão obrigatoriamente comunicados ao conselho tutelar da respectiva localidade, sem prejuízo e outras providências legais (ECA, 2000, art. 13, p. 16).

(GUIA ESCOLAR, 2004. p. 75.) E se o educador não concordar com a forma de o conselho tutelar conduzir o caso? O Guia da Sociedade Brasileira de Pediatria oferece boa resposta a questão: sabemos que os conselhos tutelares enfrentam diversos problemas no exercício de suas funções, como falta de recursos financeiros e humanos e mesmo falta de serviços de apoio para encaminhar adequadamente cada necessidade. Trata-se de importante organização social, recente na sociedade, que está ainda consolidando uma metodologia de trabalho. Acompanhar o caso e tornar o conselheiro um parceiro é fundamental. Compartilhar o atendimento e dividir as responsabilidades é muito importante. Portanto, caso não concorde com os

procedimentos instituídos, é importante conversar com o conselheiro ou coordenador do conselho e dar sugestões para melhorar a condução do caso;

Segundo BRINO E WILLIANS, apud LIBORIO e CAMARGO, 2003, p.7 em uma pesquisa realizada por estudiosos do assunto, em 44% dos casos de abuso sexual o professor era a primeira pessoa, a saber; tal informação demonstra o papel importante do professor no que diz respeito à denúncia sobre a ocorrência de abuso sexual, pois ele é, em grande parte dos casos, o que primeiro pode auxiliar a romper o silêncio criminoso que ronda a situação de abuso sexual.

(GUIA ESCOLAR, 2004. p. 69.) Como abordar a criança? A abordagem é peça fundamental para derrubar o “muro do silêncio.” Se o educador, pela proximidade que tem da criança, quer contribuir abordando-a antes de oferecer a denúncia, mas não se sente preparado para conduzir a conversa, pode pedir ajuda a organizações que desenvolvem trabalhos de proteção à criança e ao adolescente. Há algumas recomendações de entidades com muita experiência em ajudar crianças sexualmente abusadas como, por exemplo: O ambiente precisa ser apropriado. Para conversar com uma criança que, possivelmente, está sendo abusado, propiciar-lhe um ambiente tranqüilo e seguro. A criança/adolescente deve ser ouvida sozinha, pois é fundamental o respeito à sua privacidade. É preciso Ouvir, atenta e exclusivamente, a criança ou adolescente. Não se permitam interrupções, caso contrário, corre-se o risco de fragmentar todo o processo de descontração e confiança já adquiridas. Se necessário, converse primeiro sobre assuntos diversos, podendo inclusive contar com o apoio de jogos, desenhos, livros e outros recursos lúdicos. Leve a sério tudo que disserem. A violência sexual é um fenômeno que envolve medo, culpa e vergonha. Por isso, é fundamental não criticar a criança/adolescente nem duvidar de que esteja falando a verdade. Por outro lado, a criança/adolescente sentir-se-á encorajada a falar sobre o assunto se demonstrado o interesse do educador pelo relato. Ficar calmo é essencial, pois reações extremas poderão aumentar a sensação de culpa, e evite “rodeios” que demonstrem insegurança por parte do educador. O educador não pode deixar que sua ansiedade ou curiosidade leve-o a pressionar a criança/adolescente para obter informações. Procure não perguntar diretamente os detalhes da violência sofrida nem fazer a criança repetir sua história várias vezes, pois isso poderá perturbá-la e aumentar seu sofrimento. Faça o mínimo de perguntas e não conduza o que ela diz, pois perguntas sugestivas poderão invalidar o testemunho da criança. Deixe que ela se

expresse com suas próprias palavras, respeitando seu ritmo. Perguntas a serem evitadas: questões fechadas do tipo “sim” e “não”, perguntas inquisitórias e perguntas que coloquem a criança ou adolescente como sujeito ativo do fenômeno, reforçando seu sentido de culpa. Esse tipo de pergunta pode dificultar a expressão da criança e do adolescente. Perguntas que obriguem a precisão de tempo devem ser sempre associadas a eventos comemorativos, como Natal, Páscoa, férias, aniversários, etc. A linguagem deve ser simples e clara para que a criança ou adolescente entenda o que está sendo dito. Utilize as mesmas palavras que a criança (para identificar as diferentes partes do corpo, por exemplo). Se a criança perceber que você reluta em empregar certas palavras, ela poderá também relutar em usá-las.

(GUIA ESCOLAR, 2004. p. 75) E se o aluno não quiser ser devidamente assistido? O aspecto ético do sigilo deve ser preservado em se cuidando da situação de risco que o aluno está correndo. Ameaças físicas e verbais são ferramentas comuns utilizadas pelos agenciadores. Por isso, convém refletir sobre o que está impedindo o andamento das ações de ajuda, por exemplo, o medo. A coação não deve prevalecer como meio de controle da integridade física, mental ou social da pessoa. O fato de não encarar o problema pode dificultar as coisas. Do ponto de vista da saúde, podem ser evitadas doenças sexualmente transmissíveis (DSTs), ou, na pior das hipóteses, poderá ocorrer intervenção médica para a diminuição dos fatores de risco. Cada um tem seu tempo de decisão, mas no caso de uma criança ou adolescente, de até 16 anos, que apresenta marcas de violência, deverá ser encaminhada aos órgãos competentes. Jovens entre 17 e 21 anos devem ser orientados e conscientizados sobre todos os riscos. O educador pode encaminhá-los a outros serviços da rede de proteção, como a projetos de educação complementar que ajudam paulatinamente na construção da consciência e da identidade.

O professor deve ser um fio condutor da educação e para que o ensino da matemática, português entre outras disciplinas chegue até o aluno é importante que ele esteja com a mente livre dos pesadelos que traz a evasão escolar, como: problemas psicológicos, dores físicas, entre outras tragédias que rodam a vida desses estudantes.

A postura do profissional da educação deve alavancar a realidade dos menores é o que diz o filme: (ESCRITORES DA LIBERDADE, Direção. Richard

LaGravenese. 2007): “Um advogado ajuda o menor quando ele chega aos tribunais, um professor o ajuda, antes que ele chegue lá”.

CAPITULO 2.

2.1 - Caracterização da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada nos Conselhos Tutelares das cidades de Itainópolis e Picos/PI. Aconteceram no mês de abril de 2009 e constaram na entrevista com membros dos dois conselhos. Buscou-se tratar da abordagem

relacionada aos crimes contra crianças e adolescentes e os procedimentos tomados para solucionar os problemas.

2.3 - Instrumentos de coleta de dados e tratamentos de dados

O instrumento de coletas de dados foi um questionários com 7 questões destinada a dois conselheiros, um da cidade de Picos e o outro de Itainópolis, (ambos presidentes) que responderam as questões procurando não tratar de casos particulares com o intuito de não expor os menores. As informações foram compreendidas por meio da análise do discurso.

2.4 – Análise e discussão dos dados

Segundo as entrevistas dos conselheiros, a violência e a exploração sexual em cidades de pequeno e médio porte não se constitui em casos alarmantes. Todavia a sociedade não deveria acomodar-se, uma vez que esses atos hediondos nem sempre chegam a serem denunciados, pois se encontram camuflados no ambiente familiar. Portanto, faz-se necessário uma mobilização da sociedade, especialmente médicos, professores, entre outros, para uma maior atenção aos menores que se encontram em condição de risco.

Em relação à violência e exploração sexual contra crianças e adolescentes na cidade de Picos, consta que entre menores de 7 a 16 anos 7% deles foram vítimas, conforme mostra o gráfico a seguir:

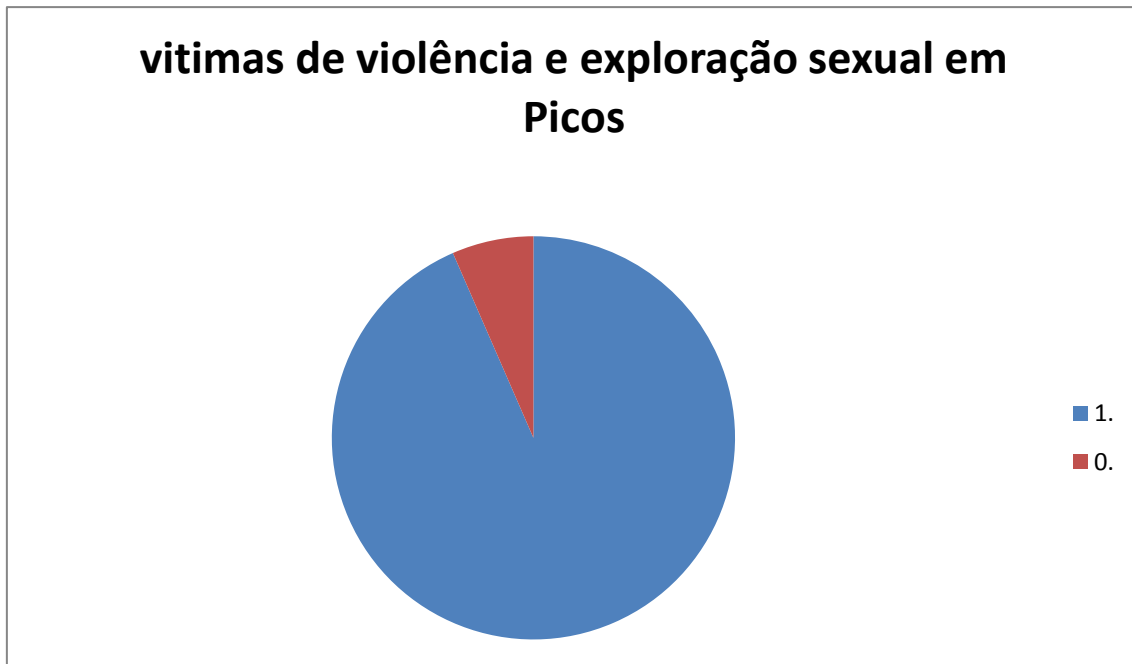


Figura 1 O gráfico mostra 7% das crianças e adolescentes com faixa de 7 a 16 anos em 2009

Para os membros do conselho picoense esse número não tende a diminuir o que constitui uma situação preocupante. Em relação às vítimas da cidade de Itainópolis, onde os casos foram constatados apenas entre meninos e meninas na faixa de 12 a 15 anos, em um total de 100% apenas 4% sofreram com esse tipo de violência:

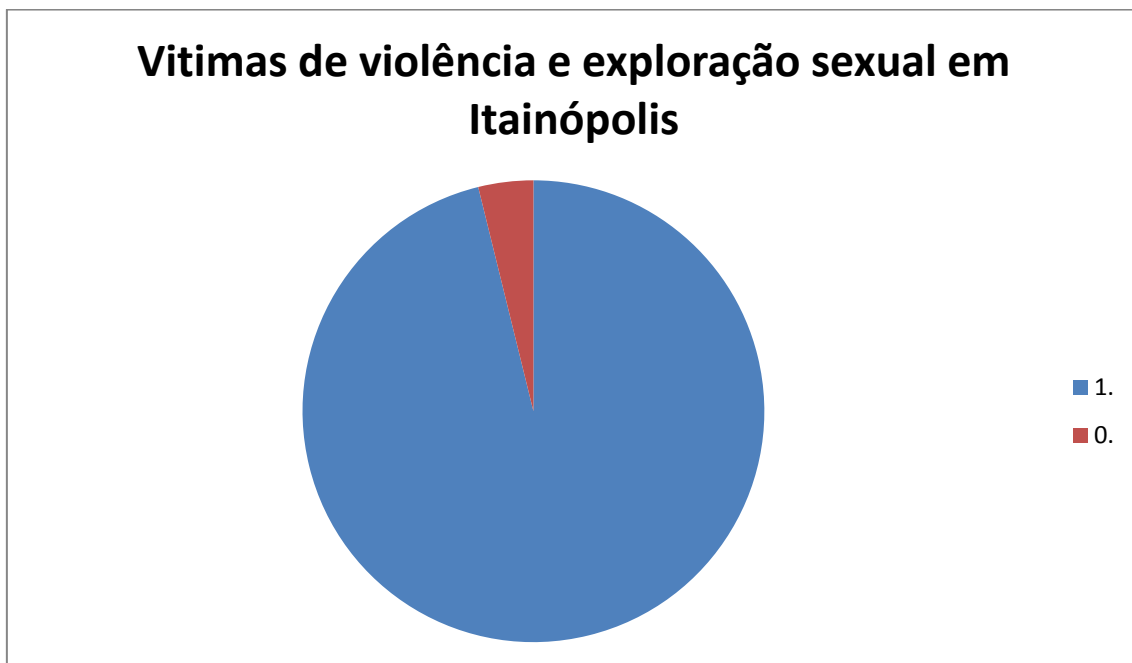


Figura 2. O gráfico relata 4% dos meninos e meninas na faixa de 12 a 15 anos em 2009.

Na cidade de Itainópolis foi verificado, ainda como andavam os cuidados com as crianças e adolescentes nos anos posteriores e através do presidente e o Vice-

Presidente Jonas Luís de Oliveira foi diagnosticado que os anos de 2011, 2012 e 2013 Ocorreram: Violência e Exploração Sexual Contra Crianças E Adolescentes.

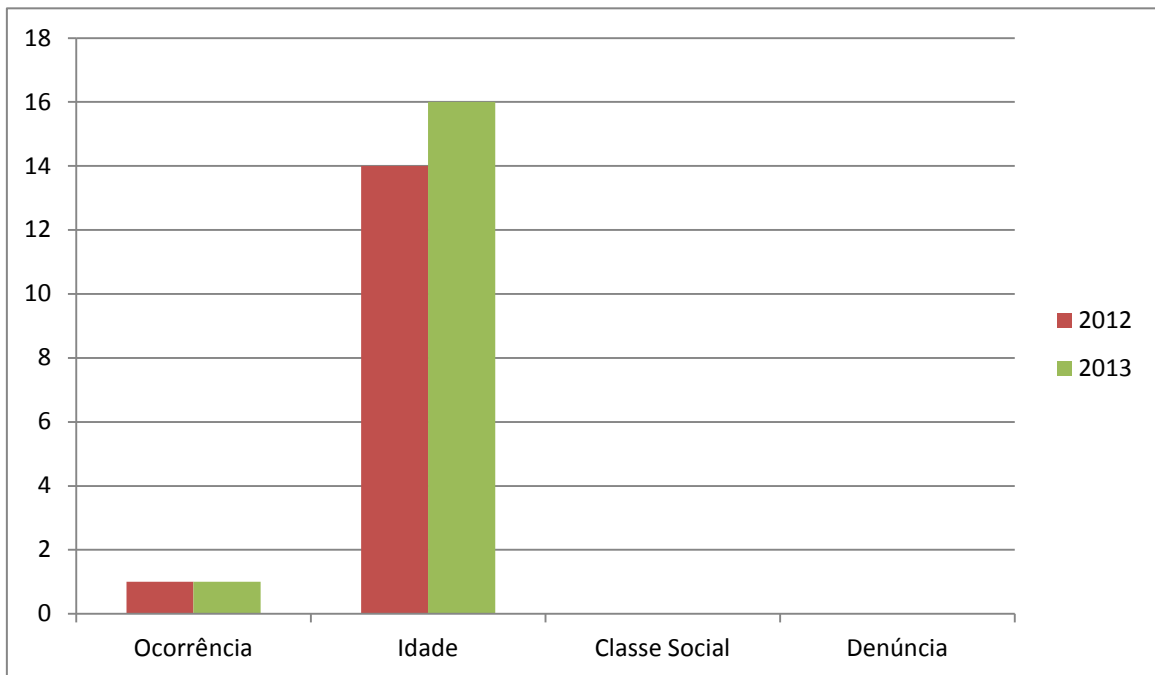


Figura 3. O gráfico relata 2 ocorrências em 2011, 1 em 2013 com menores de 6 a 16 anos de classe social média baixa, com uma denúncia sendo flagrada pelo conselho tutelar e as outras através de denúncia.

O vice presidente Jonas Luis disse que em relação a 2009 a cidade obteve uma queda nos índices de violência e exploração sexual. Ele disse que o conselho também conta agora, com acervo de livros e que foram feitas palestras que aumentaram o nível de conhecimento da população, mas o mesmo lamentou ainda do medo das pessoas em relatar os casos e teme de que tenham muitos problemas camuflados por isso é adepto de que a conscientização das pessoas pode contribuir já que Itainópolis conta somente com 11.500 habitantes. Da sua gestão os casos que mais o emocionou foi de uma criança de 6 anos pela qual o conselho pegou o adulto em flagrante, até hoje o criminoso está preso e a criança ficou em tratamento com a psicóloga por uma ano.

3. CONCLUSÃO

Este trabalho buscou compreender a questão da violência sexual que enfrentam crianças e adolescentes, buscando refletir o papel da educação, que não se limita à escola, na vida desses meninos e meninas e sua exposição nos ambientes de violência nos quais muitas vezes encontram-se. Foi verificado como são tratados crianças e adolescentes em cidades pequenas como Itainópolis e Picos, através de uma entrevista analisamos dados da violência e exploração sexual e a visão de dois conselheiros presidentes.

Deste modo, buscamos entender como o Estado lida com tais casos e também como os órgãos competentes tentam resolver os problemas infanto-juvenis, pois muitas vezes a proteção limita-se a frieza da legislação e da ineficácia daqueles que deveriam executá-la, ou seja, professores, juízes, conselheiros, etc. Não são poucos os casos nos quais crianças e adolescentes são vítimas da própria falta de aplicação da lei que as protege.

Diante dos crimes identificados, percebe-se que as crianças e adolescentes são muitas vezes colocados em situação de vulnerabilidade, pois os criminosos nem sempre são punidos e, de modo geral, permanecem no ambiente nos quais praticam a violência.

Neste contexto, o professor tem um papel de grande importância na promoção de uma nova realidade, pois pode contribuir na transformação da vida de uma criança marcada pela violência, mostrando novas possibilidades de vida.

Assim, para que os alunos sejam formados com o desenvolvimento de um senso crítico, deve-se lidar com uma formação para a liberdade, onde a superação do passado possa fazer parte de seu projeto de vida. Apesar do enraizamento da violência, o papel da educação não deve prescindir de um novo posicionamento crítico diante da sociedade, levando em conta os valores nos quais a própria sociedade se baseia. Assim, lidar com as marcas de violência presente nas crianças e adolescentes é proporcionar novas possibilidades de vida, mesmo diante das mais variadas dificuldades.

4. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA MULTIPROFISSIONAL DE PROTEÇÃO À INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA (ABRAPIA). *Abuso sexual contra crianças e adolescentes: proteção e prevenção-guia de orientação para educadores*. Petrópolis, RJ: Autores e Agentes e Associados, 1997.

AZEVEDO, M. A. *Crianças vitimizadas: a síndrome do pequeno poder*. São Paulo: Iglu, 1989.

AZEVEDO, M. A.; GUERRA, V. N. A.; VAICIUNAS, N. O Incesto ordinário: A vitimização sexual doméstica da mulher-criança e suas conseqüências psicológicas. In: Azevedo, M. A.; Guerra, V. N. A. *Infância e violência doméstica: fronteiras do conhecimento*. São Paulo: Cortez, 1997.

BITENCOURT, Cezar Roberto. *Falência da pena de prisão: causas e alternativas*. 2. Ed. São Paulo: Saraiva 2001.

BRASIL. *Estatuto da criança e do adolescente*- Lei federal nº 8069/90, Brasília: imprensa oficial, CONDECA, 2000.

BRASIL. Ministério de Justiça. *Plano Nacional de Enfrentamento da violência sexual Infanto-juvenil*. Brasília: MJ/SEDH/DCA, 2001.

BRAUN, S. *A Violência Sexual Infantil na Família: do silêncio a revelação do segredo*. Porto Alegre: AGE, 2002.

BRINO, R.F; WILLIAMS, L. C. A. *Concepções da professora acerca do abuso sexual infantil*. Cadernos de pesquisa, julho, São Paulo: Fundação Carlos Chagas, Autores associados. 2003.

CURY, Munir. 11ª Ed. Atualizada de acordo com a lei 12.010, de 2009. São Paulo: Malheiros. 2010.

CURY, Munir. 4º Ed. *Estatuto da criança e do adolescente comentado, comentários jurídicos e sociais*. São Paulo: Malheiros. 2002.

CAMINHA, R. M. A. Violência e seus danos a criança e ao adolescente. In: AMENCAR (org). *Violência doméstica*. Brasília: UNICEF, 1999.

FALEIROS, Eva T. Silveira. *Repensando os conceitos de violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes*. Brasília: Thesaurus, 2000.

FREITAG, Barbara. *A teoria crítica ontem e hoje*. São Paulo: Brasiliense. 1986.

GUERRA, V. N. de A. *Violência de pais contra filhos: a tragédia revistada*. 3. Ed. São Paulo: Cortez, 1998.

GAMBOA, S.A.S. A dialética na pesquisa em educação: elementos de contexto In: Fazenda, Ivani (org.) *Metodologia da Pesquisa Educacional*. São Paulo: Cortez Editora, 1989.

GUIA ESCOLAR: Métodos para identificação de sinais de abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes/Benedito Rodrigues dos Santos.: ET AL; Rita Ippolito: coordenação técnica 2. Ver. E atual. _ Brasília: Secretária Especial dos direitos Humanos e Ministério da Educação, 2004.

PORTILHO, Gabriela. O papel da escola no combate a violência sexual. 11 março. 2014. Disponível em: <<http://revistaescola.abril.com.br/gestao-escolar/escola-pode-interromper-ciclo-violencia-sexual-685940.shtml>>. Acesso em: 11 março. 2014 14:40h

LEAL, M. L. P. A mobilização das ONGs para o enfrentamento da exploração sexual comercial de crianças e adolescentes no Brasil. Tese (doutorado) pontifícia Universidade católica de São Paulo, São Paulo, 2001.

LÍBORIO , R. M. C; Moura, J. A. Projeto parceria pacto São Paulo contra a violência, abuso e exploração sexual de crianças e adolescentes. Anais em Cd-Rom: I fórum de extensão Universitária da FCT. UNESP. Ano 1, vol 1. Presidente Prudente-SP. 2003.

LÍBORIO, R. M. C. Desvendando vozes silenciadas: adolescentes em situação de exploração sexual. Tese (Doutorado em psicologia) Universidade de São Paulo 2003.

MARTINEZ, J. Prevención del abuso sexual infantil: analisis critica de los programas educativos. In: Revista de La Escuela de Psicologia. Facultad de ciências sociales-pontificia universidade católica de Chile, volumen 9- número 20, noviembre 2000.

MARQUES, Melissa. *Entenda o caso de Amanda Todd, a adolescente que cometeu suicídio por sofrer bullying*. 26 out. 2012. Disponível em: <<http://todateen.uol.com.br/souassimtt//entenda-o-caso-de-amanda-todd-a-adolescente-que-cometeu-suicidio-por-sofrer-bullying/>>. Acesso 05 nov. 2013. 20:00h.

MONTEIRO, L; ABREU, V. I. ; PHEBO, L. B. Abuso sexual: mitos e realidade. Petrópolis: Autores & Agentes & Associados, 1997.

NUNES, Augusto. *O caso dos meninos assassinados pelo pai e pela madrasta*. 24 dez. 2010. Disponível em: <<http://veja.abril.com.br/blog/augusto-nunes/o-pais-quer-saber/o-caso-dos-meninos-assassinados-pelo-pai-e-pela-madrasta-2/>>. acesso em: 10 dez. 13: 13:00h.

PIMENTEL, Manoel Pedro. *O crime e a pena na atualidade*. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1983.

PIRES, J. M. A. Violência na infância: aspecto clínicos. In: AMENCAR (org.). *Violência Doméstica*. Brasília: Unicef, 1999.

PRADO, ANA. Crimes contra menores no ECA. Disponível em: <<http://jus.com.br/forum/38380/crimes-contra-menores-no-eca/>>. Acesso 14 março. 2014. 21:10.

SNOW, Barbara e SorensenmTeena. *Ritualistic Chil Abuse in a Neighborhood setting*. Journal of Interpersonal Violence.5 (4) dez. 1990.

SAFIOTI, H. I. B. Quem mandou nascer mulher? Estudos sobre crianças e adolescentes no Brasil. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 1996.

VADEMECUM. 3. Ed. Atualizada e ampliada. São Paulo: Saraiva. 2007.

VARELLA, Dráuzio. Estação Carandiru. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

FILMOGRAFIA

ANJOSDOSOL. Direção: RudiLagemann. Produção: Luiz Leitão. Juarez precioso e RudiLagemann. Interpretes: António Calloni, Chico Diaz, Darlene Glória, Otávio Augusto, Vera Holtz, Fernanda Carvalho e Bianca Comparato. Fotografia: Tuca Moraes. Trilha Sonora: Felipe Radicetti, Flu, Nervoso. Downtown filmes. 2006. DVD (92 min).

ESCRITORES DALIBERDADE. Direção: Richard LaGravenese Produção: Danny de Vito, Michael Samberg, staceysher, Hilary Swank. Interpretes: Hilary Swank, Patrick Dempsey, Ricardo Molina, Pat Carroll, Scott Glenn, Imelda Stauton, Robert Wisdom, JohnBenjamim. Fotografia: Hilary swank, Patrick Dempsey, Richard LaGravenese. Trilha Sonora: Freedom Writers. 2007. DVD (122 min).

APÊNDICE

PÊNDICE A Questionário das entrevistas

Foram realizadas entrevistas na cidade de Picos e Itainópolis sobre violência e exploração sexual de crianças e adolescentes com os membros dos Conselhos Tutelares, contendo as seguintes perguntas:

- 1) Quantas ocorrências chegam de violência e exploração sexual
- 2) Essa taxa é alta ou é normal?
- 3) São crianças e adolescentes de que idade?
- 4) Têm psicólogos aqui em picos para ajudar as crianças, como funciona esse processo?
- 5) Geralmente os casos são de denúncias ou o conselho é quem vai atrás para identificá-los?
- 6) As crianças que são exploradas vivem em que situações?
- 7) E nos casos em que o pai é o próprio explorador como age o conselho se a desestruturação da família causa outros problemas graves na vida infantil e dos jovens?